



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

MINUTA DE CONTRATO XX/2019

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019
PROCESSO Nº 23501.000287.2019-41

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS - CAMPUS PASSOS E A EMPRESA**

.....

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS PASSOS** Órgão Público do Poder Executivo Federal, com sede na Rua Mário Ribola, nº 409, Penha II, na cidade de Passos/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 10.648.539/0007-09, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral João Paulo de Toledo Gomes, nomeado(a) pela Portaria nº 1.305, de 10 de agosto de 2018, publicada no DOU de 15 de agosto de 2018, inscrito(a) no CPF nº 039.601.696-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº MG-10.000.715, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 05/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato visa quantificar, especificar e definir as condições para a contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de serviços de alimentação coletiva, para produção e fornecimento, com equipamentos próprios, de café da manhã e almoço, por meio de concessão onerosa pelo uso do espaço público, e para fornecimento de coffee break, para o Campus Passos do IFSULDEMINAS, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Rua Mário Ribola, nº 409
Penha II – Passos/MG - CEP.: 37.903-358
licitacao.passos@ifsulde Minas.edu.br; Tel.: (35) 3526-4856



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	15210	CAFÉ DA MANHÃ com estimativa para 330 cafés diário em 200 dias letivos. (Especificação do Cardápio conforme anexo IV)	66.000	Unid.		
	02	15210	ALMOÇO, com estimativa para 300 refeições diárias em 200 dias letivos. (Especificação do Cardápio conforme anexo IV)	60.000	Unid.		
	03	15210	COFFEE BREAK. SIMPLES: para 1.500 pessoas para o ano letivo. Mini pães de queijo, deverão ser entregues quentes e frescos em embalagens de papelão ou similar (min. 25 gr cada) Suco, apresentação caixa tetrapack, 1000 ml, sabores diversos (uva, pêssego, laranja), tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico e antioxidante, garrafa de 500ml de café.	1.500	Unidade por pessoa		
Valor total estimado: R\$ XXXX, XX							

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/2020 e encerramento em ____/____/2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente e esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de

Rua Mário Ribola, nº 409

Penha II – Passos/MG - CEP.: 37.903-358

licitacao.passos@ifsuldeminas.edu.br; Tel.: (35) 3526-4856



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS**

que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e

2.1.7. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26412/154810

Fonte: 8100000000 e Fonte 0100000000

Programa de Trabalho: 108839 e 108840

Elemento de Despesa: 339039.41

PI: L20RLP01PSN E L2994P23AEN

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. DO PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES

5.1.1. O Campus arcará em sua totalidade com as duas refeições diárias para os alunos subsidiados, conforme quantidades apresentadas à contratada a cada semestre letivo. Atualmente, 305 alunos são subsidiados, sendo este auxílio pessoal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

e intransferível. Entretanto, nem todos os alunos utilizam as duas refeições diariamente.

5.1.2. A cada início do mês subsequente ao fornecimento das refeições, a fiscalização fará a conferência do número total de refeições fornecidas a estes alunos no período anterior, encaminhará planilha à empresa para emissão da nota fiscal de serviços prestados e, de posse desta encaminhará para liquidação. O setor financeiro terá até 20 (vinte) dias úteis para efetuar o pagamento, por meio de crédito em conta bancária, contados a partir da data de recebimento do documento fiscal do fiscal do contrato.

5.1.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.1.4. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por escrito, ficando sob inteira responsabilidade da empresa os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos ou falta de pagamento devido à ausência de informação. Os pagamentos serão realizados após a comprovação de regularidade da empresa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

5.1.5. A contratada deverá implantar no restaurante, catraca biométrica com sistema de aferição e controle do número de refeições que serão servidas aos alunos subsidiados conforme termo de referência.

5.1.6. A catraca biométrica fará a identificação do usuário através da impressão digital, acoplado a um bloqueio mecânico que permite o controle do fluxo de acesso de pessoas no restaurante.

5.1.7. O sistema da catraca biométrica deverá registrar todas as informações na base de dados para emissão de relatórios de controle do número de refeições servidas aos alunos subsidiados.

5.1.8. Em caso de falta de energia ou internet que impossibilite a utilização do sistema pela contratada, fica autorizado o acesso dos discentes através de uma lista contendo os nomes e RAs dos alunos atendidos com suas respectivas assinaturas.

5.1.9. O Campus não se responsabiliza pelo pagamento das refeições nos casos em que o sistema não identificar o usuário como discente subsidiado pelo Campus.

5.2. DO PAGAMENTO DA CESSÃO DE USO DO ESPAÇO

Rua Mário Ribola, nº 409
Penha II – Passos/MG - CEP.: 37.903-358
licitacao.passos@ifsuldeminas.edu.br; Tel.: (35) 3526-4856



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

5.2.1. O valor mensal fixado para concessão de uso do espaço é de R\$ 2.376,70 (dois mil trezentos e setenta e seis reais e setenta centavos), referente ao espaço da lanchonete e do restaurante do Campus Passos do IFSULDEMINAS.

5.2.2. Se por motivo de caso fortuito ou de força maior o espaço físico cedido ficar inacessível, no todo ou em parte, à CONTRATADA, o valor mensal da cessão de uso será subtraído em 1/30 (um trinta avos) do seu valor, por dia útil de privação de uso, incluindo-se os domingos do período de inacessibilidade.

5.2.3. No período de paralisações, para as quais a CONTRATADA não tenha concorrido, o valor mensal da cessão de uso será subtraído em 1/30 (um trinta avos) do seu valor, por dia útil de privação de uso, incluindo-se os domingos dos períodos de paralisação.

5.2.4. Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, considerados como meses de férias e/ou recesso escolar, o valor pela cessão onerosa do imóvel terá um desconto de 50% (cinquenta por cento), proporcional aos dias de efetiva férias e/ou recesso escolar.

5.2.5. O valor da concessão referente à utilização do espaço será cobrado a partir do início da execução dos serviços.

5.2.6. O valor contratado para a remuneração da concessão de uso será reajustado, após 12 (doze) meses, com base na média aritmética simples do INPC-IBGE e IGP-DI, entre o mês do início da concessão, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao reajuste, ou na forma determinada em legislação superveniente substituta.

5.3 DO PAGAMENTO DO COFEE BREAK

5.3.1. Ao final de cada mês deve ser emitida nota fiscal com os respectivos valores, independente da nota fiscal do fornecimento de refeições, para que seja providenciada a liquidação e posterior pagamento.

5.3.2. A liquidação será efetuada de acordo com a cláusula 8 do edital que deu origem a este termo de contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Será admitido o reajuste dos preços do serviço contratado com prazo de vigência superior a 12 (doze meses), desde que, seja observado o interregno mínimo de um ano. O reajuste será pelo IPCA - Alimentação e Bebidas, que é um Índice oficial do Governo Federal, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, porém a Contratada deverá informar a composição de todos os custos, visando revisões futuras do valor contratual;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

- 6.2.** Os reajustes serão precedidos de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços;
- 6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do último reajuste ocorrido;
- 6.4.** Quando da solicitação de reajuste, este somente será concedido mediante negociação entre as partes, considerando-se:
- 6.4.1.** Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública;
- 6.4.2.** As particularidades do contrato em vigência;
- 6.4.3.** A disponibilidade orçamentária do IFSULDEMINAS Câmpus Passos;
- 6.5.** A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos. Os preços somente poderão ser reajustados após deliberação e autorização da CONTRATANTE, que culminará com a assinatura de Termo de Apostilamento.
- 6.6.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.7.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.8.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Diretoria de Administração e Planejamento, Coordenadoria de Planejamento e Setor de Contratos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia pela execução do contrato correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato (Considera-se o valor anual total do contrato). A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução a contento do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, se cumpridas todas as obrigações devidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos que tenham sido causados à CONTRATANTE na execução do contrato. O valor da garantia será retido integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, ou de reparação por perdas e danos, sem prejuízo das sanções cabíveis observadas as condições previstas no



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS**

Edital e os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.2. São modalidades de GARANTIA:

- 7.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 7.2.2. Seguro-garantia;
- 7.2.3. Fiança bancária.

7.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.6. Será considerada extinta a garantia:

7.6.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.6.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

7.7. A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter os seguros de Risco de Responsabilidade Civil e de Riscos Diversos de Danos Físicos incluindo, no mínimo, seguro contra: danos elétricos, danos ao imóvel, efeitos da natureza, quebra de vidros, danos aos equipamentos, incêndio e explosão, roubo e furto qualificado. A apólice do seguro deverá ser providenciada e apresentada pela CONTRATADA, para aprovação, antes da data de início da execução dos serviços. A CONTRATADA apresentará o recibo da respectiva parcela do seguro mensalmente ao Fiscal, sendo que o comprovante de pagamento da primeira parcela deverá ser encaminhado junto à apólice.

7.8. Em caso de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar à CONTRATANTE, propriedade ou pessoa de terceiros em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

ressarcimentos ou indenizações que tais prejuízos venham causar.

7.9. Ocorrendo qualquer sinistro que atinja serviço a cargo da CONTRATADA terá esta, independentemente da cobertura de seguro, um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da notificação da CONTRATANTE, para dar início à reparação do dano.

7.10. O Edital contempla as especificações e quantidades de todos os equipamentos e utensílios que estão previstos para serem disponibilizados pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os serviços serão prestados pela empresa de segunda-feira a sexta-feira, sendo que o restaurante e a lanchonete devem atender no horário compreendido entre 7h00 e 21h30.

8.2. Para os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio subsidiados pela CONCEDENTE, as refeições deverão ser servidas respeitando os seguintes dias e horários de funcionamento apresentadas a seguir:

Refeições	Horário de Funcionamento	Dias da Semana
Café da Manhã	09h30 às 10h00	De 2ª-feira a 6ª-feira
Almoço	11h30 às 13h30	De 2ª-feira a 6ª-feira

8.3. A necessidade de distribuição do almoço aos sábados dependerá do horário de aulas dos cursos no Campus, e somente deverá ser servido mediante solicitação por escrito da direção do campus com antecedência mínima de 48 horas.

8.4. Aos sábados, em caso de funcionamento, o almoço será servido em horário reduzido, a saber de 11h30 às 13h00. Caso seja necessário servir as demais refeições, o horário também poderá ser reduzido, devendo ser acordado com antecedência com a Direção do Campus.

8.5. A CONTRATADA fica obrigada a servir durante o café da manhã os alimentos adquiridos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo Campus Passos.

8.6. A CONTRATADA fica obrigada a condicionar os alimentos adquiridos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo Campus Passos.

8.7 Durante o período de férias acadêmicas (após os dias de realização das provas finais), o horário será reduzido conforme necessidade do Campus.

8.8. Fica dispensado o funcionamento em feriados e recessos previstos no calendário



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS**

acadêmico.

8.9. Em períodos de paralisações, greves e/ou interrupção do calendário acadêmico, caberá à Direção do Campus, a definição de quais refeições continuarão a ser servidas, bem como os horários reduzidos de funcionamento de cada uma delas.

8.10. Funcionamento mínimo do Restaurante/lanchonete:

8.10.1 Ininterrupto, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00 às 21h30 em períodos escolares.

8.10.2 Durante o período de férias acadêmicas, das 08h00 às 17h00.

8.10.3 Aos sábados, das 08h00 às 17h00, caso solicitado pela Direção do Campus a qualquer tempo.

8.10.4 Na hipótese da existência de eventos, fora dos dias e horários estipulados, a CONTRATADA deverá ser comunicada pela Direção do Campus para que disponibilize os serviços da cantina/lanchonete.

8.10.4 Os horários podem ser modificados durante o período de férias acadêmicas, a partir de solicitação da contratada e análise da Direção Geral.

9. CLÁUSULA NONA - EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES

9.1. Após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar ao IFSULDEMINAS CAMPUS PASSOS os seguintes documentos:

9.1.1. Comprovante de prestação de garantia pela execução do contrato correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, conforme previsto na Cláusula 7.1 do presente Contrato.

9.1.2. Documentação constante nos itens 5.1. do termo de referência, referente à nutricionista que será responsável técnico dos serviços executados no restaurante, do IFSULDEMINAS - Campus Passos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO

10.1. A CONTRATANTE designará um ou mais servidores para fiscalizar o trabalho desenvolvido pela CONTRATADA.

10.2. A Fiscalização da CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências do serviço da CONTRATADA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

10.3. A execução do contrato será avaliada constantemente pela Fiscalização de forma a gerar relatórios que servirão como documentos comprobatórios para as sanções administrativas.

10.4. A qualidade da prestação dos serviços da CONTRATADA e o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais serão avaliados mensalmente por meio de avaliações realizadas pela Fiscalização, apontando as irregularidades apresentadas formalmente à CONTRATADA que não foram corrigidas ou que são reincidentes.

10.5. A Fiscalização deverá emitir mensalmente Documento de Controle de Qualidade e Quantidade das refeições servidas e demais serviços prestados, que, obrigatoriamente, deverá ser apresentado ao nutricionista da CONTRATADA e visto pelo mesmo.

10.6. A Fiscalização comunicar-se-á com a CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail) e relatórios de ocorrências, a fim de prevenir e corrigir qualquer infração contratual, além de ratificar solicitações já efetuadas.

10.7. A CONTRATADA deverá manifestar-se formalmente, por meio eletrônico (e-mail) e documentos, sempre que demandada pela Fiscalização.

10.8. As sanções administrativas previstas serão aplicadas mediante análise e aceitação das providências e ou justificativas apresentadas pela CONTRATADA, visando o integral cumprimento das cláusulas contratuais.

10.9. Caberá à Fiscalização sugerir as penalidades previstas no contrato e/ou na legislação vigente nos casos de descumprimento contratual.

10.10. A fiscalização do serviço pela CONTRATANTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas do contrato.

10.11 Atribuições da Fiscalização:

10.11.1. Todas as atividades previstas para a prestação do serviço, realizando avaliações periódicas;

10.11.2. Conferir a entrega pela CONTRATADA de toda a documentação legal referente à prestação do serviço nos prazos previstos contratualmente;

10.11.3. O registro em relatório de todas as ocorrências e deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas; caso não haja resolução do problema em, no máximo, 48 horas, solicitar a imediata providência administrativa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

10.11.4. Exercer a fiscalização durante as etapas de recebimento, distribuição e higienização, de modo a assegurar a execução do serviço contratado, verificando o cumprimento dos horários e valores de refeições estabelecidos, a quantidade de refeições e descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido, bem como, o fornecimento e a aceitação das refeições, registrando eventuais ocorrências;

10.11.5. A execução do cardápio conforme aprovado;

10.11.6. Observar a qualidade sensorial das refeições servidas;

10.11.7. Observar a qualidade dos gêneros alimentícios, vedando a utilização de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias ao consumo;

10.11.8. Definir semestralmente o período e questionário de avaliação, sendo necessário para isto ter avaliado a existência das infrações contratuais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Conforme o artigo 81 da Lei no 8.666/1993, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

12.2. O não cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA ensejará à aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei no 8.666/1993, a saber:

12.2.1. advertência, em caso de falta(s) leve(s) que não acarrete(m) prejuízos de monta ao interesse da Instituição, a qual, a despeito delas, será atendida. Em caso de falta que venha inviabilizar a execução do contrato, a advertência poderá culminar com a rescisão do contrato;

12.2.2. multa moratória pelo atraso no início das atividades da lanchonete e restaurante correspondente a um por cento sobre o valor do aluguel, por dia de atraso, até o limite de dez dias. Transcorrido esse prazo sem que a CONTRATADA tenha iniciado as atividades ficará caracterizada a inexecução do contrato, ensejando sua rescisão;

12.2.3. multa compensatória correspondente a dez por cento do valor referente à soma dos aluguéis do período de concessão não cumprido, quando da rescisão contratual decorrente de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

Rua Mário Ribola, nº 409

Penha II – Passos/MG - CEP.: 37.903-358

licitacao.passos@ifsulde Minas.edu.br; Tel.: (35) 3526-4856



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

- 12.2.4.** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até dois anos, quando do cometimento de infração capaz de deixar pendente, total ou parcialmente, o contrato acordado, inviabilizando sua execução, com prejuízos ao interesse da Instituição (Inciso III, Art. 87, Lei no 8.666/93); tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU;
- 12.2.5.** declaração de inidoneidade, em caso de comportamento doloso do contratado, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Inciso IV, Art. 87, Lei no 8.666/93);
- 12.3.** As sanções previstas nos incisos III e IV, do Artigo no 87, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, em razão dos contratos regidos pela Lei no 8.666/1993, incidam nos motivos dos incisos I, II e III, do Art. no 88 da Lei no 8.666/1993.
- 12.4.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 12.4.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 12.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5.** A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.
- 12.6.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 12.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei no 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei no 9.784/1999.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS**

- 12.8.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela administração, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.
- 12.9.** Nas infrações aqui não definidas expressamente, a autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade. No caso de aplicação da multa, o valor não poderá ultrapassar a dez por cento do valor total do contrato correspondente ao aluguel pela concessão.
- 12.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 12.11.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– VEDAÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS PASSOS

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.2. Dos casos omissos:

14.2.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Passos-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Passos-MG, de xxxxxxxx de 2019

Responsável legal da CONTRATANTE

João Paulo de Toledo Gomes- Diretor-Geral

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-